



SAÚDE E POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: COMO AS MULHERES USUÁRIAS DO CENTRO DE REFERÊNCIA CLARICE LISPECTOR RESPONDEM AO ATENDIMENTO

Danielly Spósito*
Inmaculada Serra**
Jorge Lyra***
Telma Low****

RESUMO

O enfrentamento à violência contra as mulheres exige que as distintas políticas públicas, em especial as políticas de saúde, estejam atentas ao processo de acolhimento e atendimento realizados nos serviços públicos. O Centro de Referência Clarice Lispector, enquanto instituição pública que atua na prevenção e atendimento às mulheres em situação de violência, se propõe em preservar a autonomia, fomentá-la e fortalecer os vínculos de mulheres que, em geral, estão em situação de vulnerabilidade. A fim de identificar limites e possibilidades de atuação do CRCL, assim como de “respostas” das mulheres-usuárias, realizamos uma pesquisa durante nosso doutorado em Estudos de Gênero (Universidade de Valência/Espanha) no CRCL. Através de visitas aos organismos que atuam na rede de assistência às mulheres em situação de violência de Recife, entrevistas com agentes públicos e com mulheres-usuárias, identificamos distintas formas de “respostas” das mulheres que “passam” pelo atendimento da equipe técnica do CRCL. Por outro lado, foi possível, refletir e analisar de que forma tais “respostas” são, também, produtos das adversidades políticas que circundam o CRCL.

Palavras chave: Violência contra mulheres. Gênero. Efetividade.

INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres se constitui como um fenômeno que evidencia a construção social das relações de dominação-exploração entre homens e mulheres (SAFFIOTI, 2001). Durante séculos este tipo de violência permaneceu silenciada e limitada a ser vivida, sentida e sofrida no âmbito do doméstico-privado (MURILLO, 1996).

* Doutora em Serviço Social, Assistente Social do Instituto Federal de Pernambuco – Campus Ipojuca, MAEC/AECID. danysposito@gmail.com.

** Doutora em Ciências Políticas e Sociologia, Professora do Departamento de Sociologia e Antropologia Social da Universidade de Valência/Espanha.

*** Doutor em Ciências (Saúde Pública), Professor da Universidade Federal de Pernambuco.

**** Doutora em Psicologia, Professora da Universidade Federal de Alagoas.



Esta pesquisa nos mostra que este tipo de violência não apenas visibiliza o sistema patriarcal ao que nós mulheres estamos “naturalmente” submetidas, senão que está legitimada por um discurso sutil e ideológico capaz de dilatar o conjunto de expressões das desigualdades e dar continuidade a discriminação das mulheres.

Desta forma, sendo a violência contra as mulheres um fenômeno “democrático” que transcende classe social, raça/etnia, idade, nacionalidade, etc., este mecanismo segue sendo utilizado como instrumento capaz de oprimir as mulheres e assegurar a dominação masculina tanto na dimensão sociocultural, como na econômica y política.

Para compreender a representação e os efeitos da violência é importante considerar, em primeiro lugar, que ainda que a sexualidade não seja um elemento rígido, em nossa sociedade ela é um “dispositivo histórico” disciplinador emergido em uma superfície sócio-discursiva que adere discursos e condutas binárias (BOURDIEU, 2000; FOUCAULT, 2009b). Sendo assim, “normalmente” homens e mulheres se constituem por meio da subjetivação de códigos e práticas culturais estabelecidas e expressadas nas relações sociais (SCOTT, 1993; MARTÍNEZ BENLLOCH et al., 2008, LOW, 2009).

Com base no modelo hegemônico de socialização, homens e mulheres não apenas transitam nas esferas simbólicas valoradas distintamente, senão que também respondem a forma de ser-estar no mundo de maneira diferenciada. Resulta que ambos/as vivem delimitados/as em um “confinamento simbólico” asfixiante e com muros que legitimam a violência (BOURDIEU, 2000) e reproduz práticas normativas hegemônicas.

Ora, se no sistema patriarcal-capitalista-heteronormativo a “adesão social” masculina à violência é um instrumento de dominação e controle social, ela é também um modo de afiançar o domínio masculino em um mecanismo “eficaz” de submissão. Nesse ponto, ainda que este modelo binário cause múltiplos efeitos na vida de ambos (mulheres e homens), sabemos que, sem dúvidas, as mulheres sofrem o duplo risco de padecer uma relação violenta com seu companheiro.

Não obstante, sendo as instituições algo construído social e historicamente, tanto homens como mulheres estão simultaneamente condicionados/as a um ser-

18º REDOR
24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: **Perspectivas Feministas de Gênero:**
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



De toda maneira não temos dúvidas de que em pleno século XXI tais políticas seguem funcionando como estratégia para dar legitimidade aos governos, bem como se articulam como um mecanismo de mediação em conflitos sociais – inerentes ao capitalismo. Por conseguinte, no “jogo” das PP se manifestam relações de poder, baseadas em modelos hierárquicos operados por múltiplos agentes sociopolíticos com interesses contraditórios e em constante disputa por hegemonia.

Sendo as políticas públicas um campo político complexo e seu “fim social” um tanto controvertido (MEKSENAS, 2002). De fato, estas lógicas sociais são responsáveis pela articulação dos discursos legitimadores que se movem no núcleo da política e produzem um modelo hegemônico de “fazer política”.

Por isso, ao desenvolver a pesquisa nos impressionou observar como se registra no CRCL este modelo que produz efeitos/impactos, talvez nocivos, na dinâmica social, nos padrões de sociabilidade, no cotidiano, etc.

Neste contexto o ponto inicial de nossa análise consiste em desvelar um dos elementos chaves da gestão pública – lato sensu – que interferem diretamente nas possibilidades e limites da efetividade do labor do CRCL.

O Brasil incorporou, ao longo dos anos, medidas legais e políticas para enfrentar a violência contra as mulheres, e Recife, com uma história de dez anos de políticas para mulheres, é uma cidade pioneira que, todavia não avaliou formalmente a implementação de sua Política de Assistência para Mulheres em Situação de Violência (PAMSV).

Sabemos que o cumprimento de objetivos de um determinado plano, programa, projeto ou serviço não depende unicamente de um fator senão de uma série de condicionantes que se conectam entre si e que isolados não são suficientes para “medir” o desempenho de uma política pública. Dentro do conjunto de aspectos, um primer condicionante que nos parece ser imprescindível é o compromisso social e político daqueles responsáveis pela gestão das políticas públicas municipais.

Se o/a gestor/a público/a é “responsável” por definir políticas, então seu compromisso será um possível indicador. Neste sentido, perguntamos: ¿Qual o lugar que as políticas para mulheres ocupam no governo? ¿A que estão orientadas as ações de tais políticas?

18º REDOR
24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: **Perspectivas Feministas de Gênero:**
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



Em Recife, as políticas para mulheres foram sendo construídas a partir da campanha eleitoral e se materializaram especialmente através da constituição de estruturas políticas específicas (administrativas) e do planejamento de ações direcionadas para as mulheres. No entanto, não podemos negar que todo esse processo de planejamento se caracteriza por alguns paradoxos.

Durante a pesquisa alguns discursos chamam atenção acerca da apreensão por parte dos/as gestores/as municipais nos momentos de tomar a decisão política de incorporar na administração pública as políticas para mulheres. Isso é especialmente importante, tendo em vista que frente ao contexto neoliberal, criar departamentos, organismos, etc. significa aumentar os “gastos” do Estado, uma lógica financeira que faz com que o poder econômico domine o político.

Frente a perspectiva de Rocha “[...] as condições objetivas no contexto do neoliberalismo não foram favoráveis para a implementação de tais políticas que possam favorecer o usufruto dos direitos pelas mulheres.” (ROCHA, 2011, p. 198-199). Por isso, as propostas de políticas públicas iniciadas em campanhas eleitorais não conseguem ser consistentes sempre, não por falta de interesse, senão porque estão submetidas a um modelo hegemônico cujo objetivo é garantir e perpetuar práticas políticas assistencialistas (BRITO, 2002).

Sendo assim, a tomada de decisão política do/a gestor/a não é o único agente social a atuar; partidos políticos (aliados e opositores), grupos feministas, movimentos sociais, etc. protagonizam em uma arena política repleta de processos de negociação que insistentemente se interpõe ao planteado e o executado.

Não obstante, é impossível negar que existiram conquistas importantes na PAMSV de Recife, sem embargo é também verdade que o modelo de “fazer política” levado a cabo produz resultados limitados e que obedecem as decisões e negociações da arena política.

Ora, se as prioridades não são unicamente elegidas pelo/a gestor/a, ¿de que/quem falamos? Hessel (2011) apontou a dificuldade de nomear a que/quem combatemos porque algumas vezes nos faltam evidências. Assim que de fato falamos não de um sujeito responsável, senão de um modelo hegemônico, um modelo de “fazer política” que evidencia sua negligência com a questão social. Os



discursos evidenciam, por tanto, a tensão na arena política e as reações conservadoras frente às mudanças. Como matiza Rocha (2011):

O enfrentamento *[da violência contra as mulheres]* está na encruzilhada das desigualdades e na pressão dos movimentos por mais direitos, submetido ao governo que se converte mais conservador economicamente e moralmente. Desde esta perspectiva, avançam políticas sociais no limite de uma agenda social, frente a orientação neoliberal. (ROCHA, 2011, p. 199).

Como falamos de responsabilidades, é importante apontar que, desde o âmbito macro político, o compromisso deficitário é consequência do sistema político-econômico-cultural hegemônico. Não obstante, não podemos negar que desde o micro também existem decisões próprias dos partidos políticos que, ao adotar ideais, negociar com determinados grupos, etc., assumem simbólica e objetivamente suas perspectivas e determinam a maneira de ser, atuar e estar no mundo da política.

Em consequência, não é casualidade quem não priorizar – em suas diferentes esferas: planejamento, monitoramento, avaliação e execução de recursos – as políticas para mulheres é um aspecto generalizado; tal processo ocorre em todas as esferas do Estado, especialmente por que cada área de uma política pública (social, econômica, estrutural, etc.) assume valor distinto, e podemos estimar que estes valores evidenciam um processo que se resume na: substituição do compromisso social pelo compromisso com a subsistência dos mercados.

O compromisso político deveria ser um primeiro passo para dar voz, tom, forma e cor para as PAMSV. Não obstante, designar prioridades significa ir além do discurso, já que por si só - ações não são efetuadas, tão pouco planeja novas formas de “fazer política”. Certamente, fazer tais comentários não significa ignorar os avanços realizados; ao contrário, reconhecemos os importantes passos dados pelos partidos progressistas –especialmente porque os governos anteriores não proporcionaram mudanças tão simbólicas durante suas décadas no governo–, simplesmente pontuamos um condicionante que dificulta a plena execução das PAMSV como forma de replanejar estratégias e melhorias.



2. Em busca de um caminho sem violência: as respostas das mulheres-usuárias do CRCL

[...] A violência é dolorosa. Violência é abandono. É abandono. De muitas formas posso definir o que é a violência contra as mulheres. É muito difícil encarar essa realidade de conviver com uma pessoa ao qual amas e ser agredida. E, como eu me vi nessa situação, não?! Vinha, “vamos a denunciar, vamos a denunciar”. E eu dizia: “Não, não quero, não quero. Tenho medo, tenho medo. Tenho medo”. Até fiquei doente. Tive depressão pós-parto. Estive muito, muito doente! [...]. (PS 3).

A formulação de normativas, protocolos, leis, campanhas, etc., foi um mecanismo importante para visibilizar a violência contra as mulheres como violação de direitos humanos.

La construção de uma ação governamental coerente, planificada e sistemática exige que todas esferas – privada y pública– da sociedade estejam implicadas, bem como demanda determinado nível de compreensão e reflexão acerca das relações assimétricas. Não nos cabe duvidar de que o sistema público – educativo, sanitário, de segurança etc.– é um componente essencial para identificar as mulheres em situação de violência.

Um fator importante e que marca a PAMSV é seu caráter público. Sendo Brasil um país de tantos contrastes, marcado por suas diversas formas de desigualdades, o “simples fato” de que existe um serviço “gratuito”, e especializado facilita que a procura de apoio seja mais fluida –especialmente por aquelas mulheres cuja situação de vulnerabilidade é mais aguda.

[...] A primeira coisa que imaginava era: “Como vou buscar? Não tenho dinheiro, não tenho nada”. Aquilo passava por minha cabeça porque não trabalhava, não tinha salário, não tinha nada. Como ia resolver meus problemas? [...]. (PS 8).

Penetrar na realidade do CRCL fez-nos compreender que a difusão a informação acerca da violência contra as mulheres e suas políticas exerceram um papel fundamental que promove a “entrada” de mulheres nos organismos-parte da PAMSV. Ademais, um serviço público representa para muitas das mulheres uma “garantia” de um sistema de apoio, um espaço de acolhida e cuidado.

[...] Não sabia nem que isso existia, inclusive vivendo aqui no centro da cidade, muito perto. Não sabia nem que havia um serviço que tivesse um



apoio jurídico, psicológico, assistente social para as mulheres, e mais ainda, gratuito. Porque a maioria não tem condições, verdade?! [...]. (PS 15).

Para as mulheres-usuárias, o CRCL representa uma “estrutura” que reconforta principalmente porque é visto como uma estrutura que está disponível e acessível (RAMÍREZ; SANTIAGO; ROSETE, 2005; SCHMAL, 2007).

Frente alguns limites institucionais e disputas políticas acirradas (em especial sobre a descentralização do serviço) podemos destacar que o labor do CRCL para as mulheres que buscam no CRCL uma alternativa de apoio, é, de fato, um espaço de tentativa em “normalizar” a vida privada mediante a intervenção do público.

[...] Não, não contei com o apoio de ninguém. Até meu próprio irmão, o único que tenho, quando pedi ajuda: “preciso de você porque estou saindo de casa”, ele disse: “acho que não posso fazer nada, você tem que se arrumar e fazer o que acha que deve”. O único momento em que necessitei de meu irmão, no instante em que necessitava apenas de uma palavra dele, que ele dissesse: “não, vá simhora, e se você quiser fazer, faça e pronto”. Não! Ele disse “não, acho que não deves sair de casa!” [...]. (PS 17).

Com relação a realidade das mulheres-usuárias nos encontramos com diferentes situações de violência e acolhimento no CRCL. É evidente que cada mulher é única, e por isso cada uma é um universo distinto que requer intervenções específicas e planejadas. Nas entrevistas, identificamos distintos níveis de dificuldades na intervenção do CRCL, mas um aspecto que marcou este horizonte se revela em seus discursos acerca da fragilidade de suas redes de sociais.

[...] por que o que vale a pena para mim é só o apoio que tenho aqui. Acho que o apoio da família é tudo, estão entendendo?! Eu não tenho esse apoio, o único apoio que tenho está aqui. [...] Por que minha família é muito, não como dizer, sabes? Que não tenta me ajudar. Você precisa, mas ela acha que o pior é o melhor para você, entendes?! [...]. (PS 11).

A existência de redes sociais e institucionais amplas é um elemento chave para visibilizar e fortalecer o enfrentamento da violência (SAFFIOTI, 1999; ALVES; COURA-FILHO, 2001; VIEIRA et al., 2008).

As pesquisas mostram que medo é um sentimento muito frequente entre as mulheres que sofrem violência (GROSSI, 2000; CAMARGO; AQUINO, 2003; SCHRAIBER; D’ OLIVEIRA; COUTO, 2009). Segundo as mulheres-usuárias do



CRCL, medo de ser abandonada e julgada, vergonha, culpa, insegurança, submissão etc. são sentimentos comuns na situação de violência.

[...] quando estava com ele tinha uma vida submissa. Eu não vivia, vegetava! Por que tinha que obedecer [...]. (PS 17).

[...] sinto como uma pessoa frágil. É que eu ainda me sinto quebrada, uma pessoa quebrada. Se acaso alguém me tocasse eu chorava. Meio que chorava e sentia raiva de mim. Raiva de mim por que estava mostrando minha fragilidade. Raiva do que houve que agora consigo entender que eu estava me culpando. A culpa veio junto com a vergonha do que aconteceu [...]. (PS 20).

Muito relacionado com os sentimentos anteriormente mencionados é a depressão, especialmente por que é difícil dar conta do que estavam experimentando até que encontram apoio.

[...] eu estava como um lixo. Se eu te conto até me dá vergonha de dizer o estado em que estava minha casa. Para começar eu não estava nem tomando banho [...]. (PS 8).

Por um lado, todas estas emoções – em seus distintos níveis– podem ser compreendidas como indicadores da qualidade de atenção do CRCL. Em outras palavras, compreender como elas se consideravam inicialmente e como elas se sentem depois de serem atendidas pelo CRCL pode nos revelar a capacidade de intervenção da equipe, bem como seus limites e possibilidades de atenção.

[...] Autoestima, eu não tinha. Não tinha autoestima. Foram tantas coisas ruins. Não me cuidava, não falava com ninguém, me isolava do mundo. Parei de receber agressões, mas também sofria muita tortura psicológica. Aquela história na minha cabeça, “tam, tam, tam”, e aquilo rendia, rendia, rendia, aquilo ficava na minha cabeça. E aquilo foi acabando comigo. Chegou um tempo que eu não estava mais vivendo. (PS 8).

Seguindo o ciclo utilizado –no CRCL– de romper com a situação de violência veremos que o atendimento da equipe resulta positiva. E isto se dá, especialmente, em razão de que paulatinamente as mulheres desmitificam o tipo de relação que tinham com seus companheiros e passam a desnaturalizar a violência.

[...] Quero ser feliz, entende? Mas quero estar bem longe de agressão. Eu, nunca mais, vou deixar que isso fique impune. Quero que ele seja julgado de acordo com o que ele fez, entende? [...]. (PS 3).

É muito comum as mulheres em situação de violência sentir que estão destituídas de poder sobre suas próprias vidas e o sentimento de culpa as paralisa e



ocupa seus corpos/seres/mentes. A culpa, misturada com outros sentimentos, pode resultar em um processo de isolamento que talvez leve a um comportamento autodestrutivo por parte da mulher. Mas, segundo os relatos das mulheres-usuárias do CRCL, este sentimento é resignificado pouco a pouco.

[...] acho que se não tivesse vindo aqui eu não teria tomado consciência. Teria me culpado, por que sempre me culpo das coisas. Teria entrado em depressão [...] mas agora vejo que estou me colando, colando os pedacinhos. E estou quase chegando lá. [...]. (PS 20).

O trabalho do CRCL gerou uma série de efeitos positivos na vida das mulheres-usuárias entrevistadas. Para elas há campinhos a superar no futuro.

[...] Meu lema agora é: “só ir adiante e conseguir”! Por que temos que ter um ideal?! E temos que lutar por isso por que sabemos que é importante que lutemos pelo que queremos. Quando queremos alguma coisa na nossa vida é com muita dificuldade, [...]. (PS 17).

Ainda que a estrutura física do CRCL seja importante, temos reafirmado que não é ela, apenas, que garante a promoção de mudanças na vida das mulheres. De acordo com o observado há aspectos importantes e fundamentais no enfrentamento da violência. Primeiro, profissionais e usuárias são as/os atrizes/atores principais neste processo de desnaturalização da violência, portanto, sem o compromisso de ambas o labor do CRCL não será efetivo. Segundo, a pressão e o controle social também se configuram como elemento chave que pode certificar e assegurar maior compromisso político e inversão na PAMSV.

De fato, uma série de condicionantes atuam a contra corrente e impedem a efetividade do CRCL. A raiz disto, também constatamos que apesar de que o CRCL não dispor de recursos adequados, isto não impede de ter um efeito positivo. Ou seja, um efeito positivo não significa necessariamente efetividade, é indispensável que os esforços não se condensem em meros discursos, que a retórica se converta em ações, compromisso e investimento.

Entendemos o CRCL como algo mais que uma casa, um organismo público, um espaço físico. É um lugar em que se movem pessoas, um território que reflete uma arena política aparentemente “externa”, é uma área onde os medos/culpas são resignificados, é um espaço de construção, bem como de desconstrução e reconstrução. Ou seja, ainda que o CRCL possua seus limites, sua função não pode

18º REDOR
24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: **Perspectivas Feministas de Gênero:**
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



estar restrita a ser encarado como um simples “balcão de atendimento”, isto significaria neutralizar o conteúdo político da PAMSV, bem como decapitar a faceta que o diferencia de outros organismos. O CRCL não pode se converter em um objeto eleitoral, seu papel e importância devem ser objeto de intervenção política seria, coerente e comprometida.

Algumas considerações

Seguramente a mudança mais relevante seja a (de)(re)construção do paradigma político vigente. Frente às condições objetivas de precariedade da política social pode que seja difícil colocar em prática todo o planejado. Por isso, é importante seguir aprofundando o tema, visibilizando a precariedade a qual os serviços públicos estão imersos que nesta arena política as protagonistas mais prejudicadas são as mulheres em situação de violência. A mudança é necessária e exige que os questionamentos das forças sociais operantes sejam considerados.

Em nossa opinião, seria prioridade uma avaliação e revisão histórica profunda da existência do CRCL, adentrar e analisar os aspectos que estão ocultos. Não obstante, insistimos que o desenvolvimento de estudos sobre os homens que autores de violência é, também, fundamental.

Frente a todos os avanços legislativos, políticos, etc. o cenário é desafiante e requer que sejam construídas coletivamente possibilidades que articulem novas e velhas propostas, que contribuam com o rompimento do modelo cristalizado de nossa sociedade e permitam emergir paradigmas políticos que busquem promover um modelo de relações (sociais, políticas, econômicas e culturais) simétricas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Andréa; COURA-FILHO, Pedro. Avaliação das ações de atenção às mulheres sob violência no espaço familiar atendidas no Centro de Apoio à Mulher (Belo Horizonte), entre 1996 e 1998. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 243-257, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v17n3/12.pdf>. Consultado em: 10 maio 2011.



BOURDIEU, Pierre. **La dominación masculina**. Barcelona: Anagrama, 2000.

BRITO, Adela et al. La institucionalización del enfoque de género en las políticas públicas a nivel del desarrollo local. **Anuário de Ciências Políticas y Sociales**, Mendonza, v. 1, n. 1, p. 1-38, 2002.

CAMARGO, Márcia; AQUINO, Silvia. Redes de cidadania e parcerias: enfrentando a rota crítica. En: SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher/Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas**. Brasília: SPM, 2003. p. 39-46.

DYE, Thomas. **Understanding Public Policy**. New Jersey: Prentice Hall, 1995.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 2009b.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2009a.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GROSSI, Mirian. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. En: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Mirian. **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 293-313.

HESSEL, Stéphane. **Indiganos**. Barcelona: Destino, 2011.

LOW, Telma. **Intersubjetividades en la adolescencia: sistema de género y violencias**. 2009. 380 f. Tesina de master (Master en Género y Políticas de la Igualdad) – Universidad de Valencia, España, 2009.

MARTÍNEZ BENLLOCH, Isabel et al. Identidad de género y afectividad en la adolescencia: asimetrías relacionales y violencia simbólica. **Anuario de Psicología**, Barcelona, v. 39, n. 1, p. 109-118, febrero 2008. Disponible en: <http://www.raco.cat/index.php/anuariopsicologia/article/viewFile/99374>. Consultado en: 09 junio 2010.

MEKSENAS, Paulo. **Cidadania, poder e comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

MURILLO, Soledad. **El mito de la vida privada**. Madrid: Siglo XXI, 1996.

PETERS, Guy. **American public policy: promise and performance**. New Jersey: Chatham House, 1993.

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: **Perspectivas Feministas de Gênero:**

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



RAMÍREZ, Clara; SANTIAGO, Rosario; ROSETE, Daniel. La percepción del apoyo social en mujeres con experiencia de violencia conyugal. **Revista Salud Mental**, México-DF, v. 28, n. 4, p. 67-73, agosto 2005. Disponible en: <http://www.inprf-cd.org.mx/pdf/sm2804/sm280466.pdf>. Consultado en: 06 agosto 2011.

ROCHA, Maria Solange. **Silenciosa conveniência entre transgressão e conservadorismo**: trajetórias feministas frente a epidemia da AIDS no Brasil. 2011. 218 f. Tesis doctoral (Doctorado en Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 16, p. 115-136, 2001. Disponible en: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>. Consultado en: 22 enero 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, out.-dic. 1999.

SCHMAL, Nicole. La intervención del equipo profesional. En: FUNDACIÓN ISONOMIA. **Curso master en igualdad de género en el ámbito público y privado**. Fundación Isonomia: Castellón, 2007. p. 1-20.

SCHRAIBER, Lilia; D' OLIVEIRA, Ana; COUTO, Márcia. Violência e saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos da violência contra a mulher. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, sup. 2, p. S205-S216, 2009. Disponible en: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v25s2/03.pdf>. Consultado en: 07 mayo 2011.

SCOTT, Joan. El género: Una categoría útil para el análisis histórico. En: LAMAS, Marta (comp.). **El género: la construcción cultural de la diferencia sexual**. México: Programa Universitario de Estudios de Género, 2003. p. 265-302.

VIEIRA, Evaldo. As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 67-73, marzo 1997.

VIEIRA, Luiza et al. Fatores de risco para violência contra a mulher no contexto doméstico e coletivo. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 113-125, jul. -sept. 2008. Disponible en: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v17n3/12.pdf>. Consultado en: 18 mayo 2011.